



**ATA DA SESSÃO ESPECIAL DE CARÁTER SOLENE PARA POSSE DOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES CONSELHEIROS ARNÓBIO ALVES VIANA, ANTÔNIO NOMINANDO DINIZ FILHO E ANDRÉ CARLO TORRES PONTES, NOS CARGOS DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, E DOS CONSELHEIROS MARCOS ANTÔNIO DA COSTA, ARTHUR PAREDES CUNHA LIMA, FÁBIO TÚLIO FILGUEIRAS NOGUEIRA E FERNANDO RODRIGUES CATÃO, PARA OS CARGOS DE PRESIDENTES DA 1ª E 2ª CÂMARAS, OUVIDOR E COORDENADOR DA ECOSIL DESTE TRIBUNAL, BIÊNIO 2019/2020.**

1           Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro, do ano dois mil e dezenove, às  
2 dezessete horas, no Auditório Celso Furtado, do Centro Cultural Ariano Suassuna,  
3 reuniu-se o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, sob a Presidência do Conselheiro  
4 André Carlo Torres Pontes, em Sessão Especial e de caráter solene, para dar posse aos  
5 Excelentíssimos Senhores Conselheiros Arnóbio Alves Viana, Antônio Nominando Diniz  
6 Filho e André Carlo Torres Pontes, nos cargos de Presidente, Vice-Presidente e  
7 Corregedor deste Tribunal, bem como aos Conselheiros Marcos Antônio da Costa, Arthur  
8 Paredes Cunha Lima, Fábio Túlio Filgueiras Nogueira e Fernando Rodrigues Catão, nos  
9 cargos de Presidentes da 1ª e 2ª Câmaras, Ouvidor e Coordenador da Escola de Contas  
10 Otacílio Silveira (ECOSIL), para o biênio 2019/2020. Estiveram presentes os Conselheiros  
11 Arnóbio Alves Viana, Antônio Nominando Diniz Filho, Fernando Rodrigues Catão, Fábio  
12 Túlio Filgueiras Nogueira, Arthur Paredes Cunha Lima e Marcos Antônio da Costa, bem  
13 como os Conselheiros Substitutos Antônio Cláudio Silva Santos, Antônio Gomes Vieira  
14 Filho, Renato Sérgio Santiago Melo e Oscar Mamede Santiago Melo. Presentes, também,  
15 o douto Procurador-Geral do Ministério Público de Contas junto a esta Corte, Dr. Luciano  
16 Andrade Farias, altas autoridades civis e militares, além de pessoas especialmente  
17 convidadas para a solenidade. Inicialmente, foram convidadas para compor a Mesa --  
18 além dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos, Procurador-Geral do *Parquet de*  
19 *Contas*, bem como do Secretário do Tribunal Pleno, Sr. Osório Adroaldo Ribeiro de  
20 Almeida -- as seguintes autoridades: Exmo. Sr. Governador do Estado da Paraíba, João  
21 Azevedo Lins Filho; Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da  
22 Paraíba, Dep. Gervásio Agripino Maia; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do  
23 Estado da Paraíba, Des. Joás de Brito Pereira Filho; Exmo. Sr. Procurador Geral de  
24 Justiça do Estado da Paraíba, Dr. Francisco Seráphico Ferráz da Nóbrega Filho; Exmo.  
25 Sr. Prefeito do Município de João Pessoa, Luciano Cartaxo Pires de Sá; Exmo. Sr.

1 Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, João Carvalho da Costa Sobrinho  
2 (João Corujinha), e o Exmo. Sr. Conselheiro Aposentado do Tribunal de Contas do  
3 Estado da Paraíba, Flávio Sátiro Fernandes. Composta a Mesa, todos os presentes foram  
4 convidados para, solenemente, ouvirem o Hino Nacional Brasileiro, cantado pelo Coral  
5 dos Servidores do TCE/PB. **A seguir, Sua Excelência o Presidente, Conselheiro**  
6 **André Carlo Torres Pontes, declarou instalada a sessão e, em seguida, usou da**  
7 **tribuna para fazer o seguinte pronunciamento:** “Invoco a proteção divina para iniciar  
8 esse pronunciamento, fazendo agradecimentos e, ao mesmo tempo, saudação ao  
9 Conselheiro Arnóbio Alves Viana, motivo de estarmos aqui, hoje, principalmente, para  
10 recebê-lo como Presidente desta Casa. Saúdo todas as autoridades nas pessoas dos  
11 Poderes da República, especificamente do Estado da Paraíba, aqui representados pelo  
12 Excelentíssimo Senhor Governador do Estado João Azevedo, pelo Presidente da  
13 Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Gervásio Maia e pelo Presidente do Tribunal  
14 de Justiça do Estado, Desembargador Joás de Brito Pereira, e assim cumprimento todas  
15 as autoridades, todos os Conselheiros Titulares, Aposentados e Substitutos, bem como  
16 os que fazem parte do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Senhoras e Senhores,  
17 muito obrigado pela presença. Como disse, agradeço primeiramente à Deus, por me  
18 permitir fazer a trajetória de dirigir o Tribunal neste último biênio e, aqui, poder chegar de  
19 cabeça erguida e dar o testemunho, rapidamente, do que foi essa trajetória. Em seguida,  
20 agradeço à minha família, pela compreensão em todos os momentos. Daniela muitas  
21 vezes dizia: “Meu filho, por que está acordado essa hora da noite?” Eu lhe respondia:  
22 Não queira saber minha filha, senão você vai ficar sem dormir, também. A André Filho,  
23 meu amigo sempre presente, agora com a minha nora Carol; a Amanda, minha estimada  
24 filha, e meu filho Gabriel, que é o líder da equipe aos sete anos de idade. Aos meus  
25 amigos que me deram força e caminharam juntos comigo, independente de estarem  
26 dentro do Tribunal ou os parceiros de fora do Tribunal, mas todos, sem dúvida,  
27 contribuíram para esta gestão, que foi permeada em muito mais ouvir e fazer do que  
28 impor. Como sempre digo, uma gestão permeada em fazer com que o Tribunal de Contas  
29 do Estado da Paraíba continuasse na trajetória de evolução que sempre lhe marcou a  
30 história. Assim aprendi com Juarez Farias, aprendi com Gleryston Holanda de Lucena,  
31 aprendi com Luiz Nunes e, também, com Umberto Porto, que retorna a esta Casa,  
32 doravante, na condição de Diretor Executivo Geral, pessoas que por aqui passaram e  
33 deixaram a sua marca. Foi assim que aprendi a manter a qualidade desta Casa,  
34 procurando zelar pelo patrimônio, trocando os veículos, os computadores, construindo um

1 novo prédio anexo e, no segundo momento, dar passos além na busca pela qualidade no  
2 Controle Externo, na Paraíba, para que pudéssemos, num contexto participativo e  
3 colaborativo, não apenas fiscalizar Estado e Municípios, mas sim, contribuir para a  
4 melhoria da gestão. Quando, hoje, o Brasil fala em diagnosticar Estados que estão em  
5 dificuldades financeiras e o que os seus Tribunais de Contas fizeram, aqui temos a honra  
6 de dizer: fazemos uma gestão colaborativa com Municípios e com o Estado e é por isto  
7 que, na Paraíba, não ha quebraadeira generalizada. Podem trazer para cá essa comissão  
8 para ter o testemunho de como fazer uma gestão – e me refiro a todos os gestores –  
9 participativa e colaborativa. Quero, com este depoimento de colaboração e participação,  
10 saudar os colegas Conselheiros que, também, estão aqui presentes: Conselheiro Cláudio  
11 Couto Terrão (TCE/MG), Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos  
12 (TCE/AM), Conselheiro/Ouvidor Érico Xavier, Conselheiro Substituto Jailson Campelo e  
13 Conselheiro Substituto Julival Silva Rocha (TCE/PI). Já caminhando para o final,  
14 rapidamente, pois creio que deve ser assim a palavra do Presidente que se despede,  
15 porque muito mais do que as palavras o que temos para oferecer são os feitos deixados,  
16 e isto podemos atestar através dos serviços do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba  
17 que estão aí, estampados para todos conhecerem: a ampliação da transparência (os  
18 processos estão abertos para o público em geral), como por exemplo, quando um Auditor  
19 de Contas Públicas coloca o seu relatório no processo, todos já podem tomar  
20 conhecimento, inclusive o gestor, para não ser pego de surpresa; colocamos no ar mais  
21 de vinte painéis informativos sobre a gestão pública; demos a roupagem nova ao sistema  
22 que é a face do Tribunal de Contas -- inaugurado na gestão do Conselheiro Flávio Sátiro  
23 Fernandes – o Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade  
24 (SAGRES). Isto amplia a transparência e este é o caminho, pois só a transparência trará  
25 para a gestão pública a tranquilidade que ela será desenvolvida corretamente. O feito que  
26 marcou a nossa gestão foi o Acompanhamento da Gestão. Creio que o Presidente da  
27 Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Gervásio Maia, é o principal difusor dessa  
28 nova técnica, pois o ajudou na gestão: ao lhe permitir transitar suavemente para  
29 conquistar o Paraíba Palace e a Paraíba poder utilizá-lo novamente, trazendo o seu  
30 funcionamento; ao lhe permitir reformar uma Assembleia com muito mais comodidade  
31 para todos que lá transitam e habitam. Isto tudo só foi possível com a colaboração de  
32 todos, porque digo sempre que o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba tem este  
33 Plenário maravilhoso, tem veículos novos, tem um prédio confortável, tem recursos  
34 limitados, mas que transitamos naturalmente irmanados com a realidade fiscal do Estado.

1 Mas o que temos de bom mesmo neste Tribunal é o povo daqui. São tantos hoje, aqui,  
2 que poderia citá-los, porque aprendi a conviver com vocês, há vinte e dois anos andando  
3 por esta Casa. Vim de Santa Rita com Daniela e aqui encontrei essas pessoas  
4 maravilhosas. Nunca pensei em ser Presidente nem de Grêmio Estudantil de colégio,  
5 muito menos de DCE na faculdade. Aqui me receberam como um irmão, me botaram  
6 como goleiro do time de futebol, mas depois me deixaram como centroavante. Me tiraram  
7 da retaguarda e me colocaram à sua frente. Conselheiros Arnóbio Alves Viana, Antônio  
8 Nominando Diniz Filho, Fernando Rodrigues Catão, Fábio Túlio Filgueiras Nogueira,  
9 Arthur Paredes Cunha Lima e Marcos Antônio da Costa, vocês confiaram a mim a direção  
10 desta Casa e substituir os que me antecederam não foi fácil, como por exemplo o meu  
11 antecessor, Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima, com seu projeto de  
12 sustentabilidade, a obra da Usina Fotovoltaica, para diminuir, sobretudo, o gasto de  
13 energia desta Corte de Contas. Fui recebido calorosamente por essas pessoas, que me  
14 trataram tão bem neste biênio. Tenho que agradecer a todos os que fazem parte deste  
15 Tribunal. Muito obrigado pela recepção, muito obrigado por terem me adotado como  
16 Presidente e as conquistas desta Casa são conquistas de todos nós, Conselheiros  
17 Titulares e Substitutos, Procuradores, Servidores da Área Administrativa, de Controle e  
18 Terceirizados, um grupo que se irmana e se esmera para trabalhar pela Paraíba. Que  
19 consigamos fazer tudo isto, cada vez mais, com a certeza de que, agora, sob a batuta do  
20 meu amigo, meu irmão, meu vizinho de Solânea, Conselheiro Arnóbio Alves Viana.  
21 Tenho a certeza que a cidade de Solânea, hoje, está um pouco mais quente, embora o  
22 frio seja a sua tradição, mas quente com o seu coração de homem puro, de homem bom,  
23 de homem de fé, trabalhador e de família. Sucesso meu irmão, porque o seu sucesso é o  
24 sucesso do Tribunal de Contas, é o sucesso da Paraíba, é o sucesso dessa gente  
25 maravilhosa. Muito obrigado!”. No seguimento, o Presidente convidou o Conselheiro  
26 Arnóbio Alves Viana, Presidente eleito para o biênio 2019/2020, para prestar o  
27 compromisso regimental e, em seguida, o declarou empossado. Ato contínuo, solicitou  
28 que o Secretário do Tribunal Pleno, Sr. Osório Adroaldo Ribeiro de Almeida, procedesse  
29 à leitura do Termo de Posse para, logo após, conduzir o livro para as assinaturas do  
30 Presidente e do empossado. A seguir, o Conselheiro Arnóbio Alves Viana assumiu a  
31 Presidência dos trabalhos, ocasião em que, Sua Excelência convidou o Conselheiro  
32 Antônio Nominando Diniz Filho para prestar o compromisso regimental – em seu nome e  
33 em nome dos demais empossandos -- na qualidade de Vice-Presidente deste Tribunal.  
34 Em seguida, o Presidente declarou empossados os demais dirigentes do Tribunal de

1 Contas do Estado da Paraíba, para o biênio 2019/2020: Conselheiros Antônio Nominando  
2 Diniz Filho (Vice-Presidente), André Carlo Torres Pontes (Ouvidor), Marcos Antônio da  
3 Costa (Presidente da 1ª Câmara), Arthur Paredes Cunha Lima (Presidente da 2ª  
4 Câmara), Fábio Túlio Filgueiras Nogueira (Ouvidor) e Fernando Rodrigues Catão  
5 (Coordenador da Ecosil), solicitando ao Secretário do Tribunal Pleno, Sr. Osório Adroaldo  
6 Ribeiro de Almeida, que procedesse à leitura do Termo de Posse e conduzisse o livro  
7 para o Presidente e os demais empossados assinarem. **Dando continuidade à Sessão**  
8 **Solene, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras**  
9 **Nogueira, atual Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas**  
10 **do Brasil (ATRICON), que, após invocar todas as autoridades e demais pessoas**  
11 **presentes, fez o seguinte pronunciamento:** “Imbuído da missão de falar de um homem  
12 por quem nutro grande respeito e admiração, deverei manter-me atento para desviar-me  
13 de prováveis pieguices. Mas é impossível deixar de mencionar aspectos admiráveis do  
14 caráter de Arnóbio Alves Viana que se revelam desde a relação com suas raízes, com a  
15 terra natal e com sua gente. Uma vinculação afetiva das mais verdadeiras que conheço.  
16 Solânea, a cidade que colore com as flores cultivadas no jardim da própria casa, exerce  
17 sobre ele uma espécie de encantamento, uma magia chamada amor. E, ao enfeitá-la de  
18 flores, proclama este sentimento. Creio, verdadeiramente, que esse é um forte sintoma  
19 de autenticidade. Há nisso traços de inumeráveis qualidades que se intercalam com  
20 outros sentimentos não menos nobres. Fui buscar inspiração no perfil de Arnóbio, em  
21 uma rede social, e constatei o que estou a afirmar. “Queres tu, o ideal, da plena  
22 fraternidade? Ameniza o desigual no seio da humanidade”. O verso ilustra a foto de uma  
23 mãe faminta, com uma criança esquelética, igualmente com fome, no colo. A  
24 preocupação com o outro tem um episódio que, até hoje, inspira rodas de conversa nas  
25 praças de Solânea. Quando prefeito da cidade, Arnóbio compadeceu-se da situação  
26 difícil de um correligionário que não obtivera êxito em disputa eleitoral e, sem o  
27 conhecimento de Georgiana, sua esposa, doou a própria geladeira ao desfavorecido. O  
28 aspecto engraçado do relato, conta-se, foi a reação de surpresa da esposa que, ao  
29 chegar em casa, se deu conta da falta do eletrodoméstico de cujo destino não fazia idéia.  
30 O humanismo presente nesse gesto inusitado, certamente, é o tempero das inúmeras e  
31 grandes amizades, que Arnóbio cultiva e preserva ao longo da vida. O singelo  
32 testemunhal da minha afirmação foi colhido de outra postagem em rede social: “Jorge  
33 Marcelo se foi... Vão depressa, tão depressa os que se vão! Fica a lembrança do amigo  
34 guerreiro, guerreiro na vida e no nome. Jorge amava música. Cantava e

1 encantava. *Feelings* era uma das prediletas. Hoje, Solânea é só sentimentos. Salve,  
2 Jorge!". Evidenciam-se, aqui, outras paixões de Arnóbio: a poesia, a literatura. Não sem  
3 razão, acredito, um dos seus autores preferidos é José Américo de Almeida de quem  
4 sugere a leitura desse texto: "O que carecemos é de uma democracia sem os vícios que  
5 o próprio povo desaprova. Nem retrógrada, nem empírica, nem inútil, nem fictícia, nem  
6 mistificadora. O que precisamos é de uma democracia, de verdade, com um conceito  
7 mais obrigatório de probidade e de justiça, um sentido mais real e um fundo de  
8 solidariedade humana que a transforme, de fato, no governo do povo pelo povo". Isso  
9 deixa transparecer o apego de Arnóbio à ética, ao zelo com o bem público. Pois bem, o  
10 decano Arnóbio Alves Viana, quando presidiu a nossa Corte de Contas, no biênio  
11 2007/2008, ofereceu aos paraibanos a mais explícita confirmação deste seu  
12 compromisso com um controle externo mais amplo, que ultrapassa o campo da  
13 conformidade. Ao instituir o sugestivo VOCÊ, Programa Voluntários do Controle Externo,  
14 atraiu e envolveu pessoas da terceira idade para o exercício do controle social. Eram, em  
15 geral, senhoras donas de casa, que recebiam treinamento e se dispunham a acompanhar  
16 o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, em todo o território paraibano. Esses  
17 voluntários enviavam relatórios periódicos, atestando se o serviço estava sendo prestado,  
18 ou não, de maneira satisfatória, o que, evidentemente, demandava iniciativas e ações ao  
19 TCE para a solução dos problemas, quando então apontados. Além de fomentar o  
20 controle social, o VOCE contribuiu para elevar a autoestima das pessoas com ele  
21 envolvidas e que passaram a enxergar, na real importância daquilo que faziam, uma  
22 maneira de contribuir para a melhoria da qualidade de vida coletiva. Arnóbio Viana está  
23 assumindo, pela segunda vez, a Presidência do Tribunal de Contas da Paraíba. Agora,  
24 mais maduro, mais experiente e, com certeza, com uma visão ampliada da imperiosa  
25 missão que a Constituição Federal de 1988 nos outorgou. Estou certo de que a Atricon  
26 continuará contando com a parceria desta Corte paraibana na persecução do  
27 aprimoramento. Por falar em aprimoramento, aqui abro parêntesis para o devido  
28 reconhecimento à gestão do conselheiro André Carlo Torres Pontes, cuja proficiência  
29 gerou ações de fiscalização concomitante, preventiva e, necessariamente, de maior  
30 efetividade no acompanhamento das despesas públicas. Nos dois últimos anos, este  
31 Tribunal de Contas concebeu boas práticas de controle que se tornaram referência  
32 nacional para todo o sistema. Para não me tornar prolixo, citarei apenas três dessas  
33 experiências exitosas: o Programa de Acompanhamento da Gestão, cujo escopo é a  
34 orientação e o esclarecimento ao gestor público, com atuações concomitantes que se

1 antecipam ao cometimento de erros e, por conseguinte, evitam danos ao erário. No  
2 campo do fomento ao controle social, área à qual o conselheiro André se dedica com  
3 particular esmero, o TCE se notabiliza pelo inovador Espaço Cidadania Digital composto  
4 por um conjunto de ferramentas de controle, que permitem ao cidadão acompanhar e  
5 fiscalizar a gestão pública e as políticas públicas em tempo real. Por fim, a última citação  
6 se refere a um recurso da inteligência artificial, um robô sugestivamente denominado  
7 Turmalina, a pedra preciosa da Paraíba, idealizado para fazer o monitoramento diário dos  
8 portais da transparência das gestões municipais e estaduais. Tenho a mais absoluta  
9 certeza de que nada disso sofrerá solução de continuidade na gestão que se inicia tendo  
10 à frente este solanense, filho de Petronilo Viana de Melo e de dona Adélia Araújo de  
11 Melo, dos quais obtive os melhores ensinamentos. Arnóbio acumula profícua experiência  
12 no setor público, iniciada nos anos de 1980, na Prefeitura da cidade. Depois da exitosa  
13 atuação no Poder Executivo, elegeu-se deputado estadual. No Legislativo, mostrou ímpar  
14 capacidade oratória e uma muito aplaudida aptidão persuasiva. Essa vocação incomum  
15 rendeu-lhe o exercício das lideranças da Oposição e do Governo, em uma única  
16 legislatura. O Arnóbio que dedica um amor incondicional à família, construída e  
17 fortalecida ao lado de Georgiana e revigorada nos descendentes – Terluis, George e  
18 Renan – tem bastante energia reservada para o exercício de uma nova gestão  
19 proficiente. Tenho convicção de que o Tribunal de Contas do Estado manterá a posição  
20 vanguardista nas ações de fiscalização e controle, com ferramentas e boas práticas, que  
21 nos direcionarão, sempre, à cidadania. A saudação que transmito em nome de cada  
22 membro desta Corte é mais que um gesto puramente formal. Expressa a crença e o  
23 desejo coletivos no êxito da sua gestão, Arnóbio Viana. Espelha as expectativas do povo  
24 paraibano, em particular da sua querida Solânea, na efetivação de políticas públicas e  
25 boa governança dos recursos da sociedade. Mãos a obra, a empreitada é nossa. Para  
26 finalizar, vou satisfazer a uma vontade sua e leio Andre Comte-Sponville: “ser sincero é  
27 não mentir a outrem; ser de boa-fé é não mentir nem ao outro nem a si. A boa-fé é uma  
28 sinceridade ao mesmo tempo transitiva e reflexiva. Ela rege, ou deveria reger, nossas  
29 relações tanto com outrem como conosco mesmos”. Novamente, o perfil revela o homem.  
30 Muito obrigado!” **Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao douto Procurador-**  
31 **Geral do Ministério Público de Contas junto a esta Corte, Luciano Andrade Farias**  
32 **que, na oportunidade, e após cumprimentar as autoridades presentes, fez o**  
33 **seguinte pronunciamento:** “Já tem sido uma tradição, nas posses dos dirigentes deste  
34 Tribunal, que haja a saudação, em nome do Ministério Público de Contas, aos novos

1 empossados, notadamente, ao novo Conselheiro Presidente. No entanto, este momento  
2 também se mostra oportuno para breve análise da gestão do Presidente André Carlo  
3 Torres Pontes, que hoje se encerra. E, no caso específico, esta manifestação faz-se  
4 ainda mais pertinente por ele ser, na composição do TCE, originário dos quadros do  
5 Ministério Público de Contas. Aprovado no mesmo concurso das Procuradoras Isabella  
6 Barbosa Marinho Falcão, Sheyla Barreto Braga de Queiroz e Elvira Samara Pereira de  
7 Oliveira e, ainda, do Procurador Marcilio Franca, que aqui não pôde comparecer, foi o  
8 Conselheiro André Carlo alçado à condição de membro e, em seguida, à de presidente  
9 do Tribunal. O período de gestão, aqui, é curto: apenas dois anos. Mas, nesse breve  
10 tempo, o Presidente André imprimiu mudanças notáveis na forma de atuação do Tribunal  
11 de Contas. A priorização do controle concomitante – com o chamado acompanhamento  
12 de gestão – foi sua diretriz administrativa. Ele fez com que o controle externo não  
13 chegasse tão atrasado aos jurisdicionados. Em síntese, buscou a atuação mais célere e  
14 eficaz da nossa Corte de Contas. Outro ponto que também marcou seu biênio foi a  
15 ampliação e disponibilização de dados e informações aos gestores e à sociedade, com  
16 uso massivo de tecnologias. Nesse sentido, citem-se os painéis dispostos pelo TCE ao  
17 controle social da Administração Pública. É nesse contexto de mudanças que assume a  
18 Presidência do TCE o Conselheiro Arnóbio Viana. Por ser formado em Direito (o que o  
19 familiariza com a atuação do Judiciário), haver transitado pelos Poderes Executivo e  
20 Legislativo, por ser o decano desta Corte e dela já ter exercido a Presidência, o  
21 Conselheiro Arnóbio Viana, com certeza, possui a experiência e o conhecimento  
22 necessários para a evolução dos meios, formas e mecanismos de fiscalização do  
23 Tribunal de Contas. Conduzir órgãos públicos nos dias atuais não é tarefa das mais  
24 fáceis. O tema é espinhoso. Não abordá-lo, porém, não faz com que deixe de existir. A  
25 sociedade está cada vez mais vigilante. Esta é a era da transparência, quando aumentam  
26 as contestações, as cobranças. Criticam-se os resultados dos órgãos e o custo que eles  
27 representam para a sociedade. No caso específico, não raramente, se critica a forma de  
28 composição dos Tribunais de Contas. E, infelizmente, exemplos recentemente verificados  
29 em alguns Estados em nada colaboram para a imagem positiva do próprio sistema de  
30 controle externo. Citem-se os casos do Rio de Janeiro, do Mato Grosso. Ultimamente,  
31 tem havido questionamentos em Goiás. O próprio Ministério Público de Contas, em  
32 Roraima, também teve caso recente a lamentar. Mencione-se, também, a situação de  
33 calamidade financeira decretada em alguns Estados e que atrai questionamentos quanto  
34 a supostas omissões das Cortes de Contas. Infelizmente, essa soma de episódios, ainda

1 que ocorram em Estados distantes, resvala nos demais, afetando a credibilidade de todo  
2 um sistema. Arriscaria dizer que, hoje, o maior desafio de quem assume a Presidência de  
3 um órgão público é adotar medidas capazes de convencer a sociedade acerca da própria  
4 importância. É passar credibilidade. Sair desse isolamento que distorce a visão da  
5 realidade será sempre necessário. E é por isso tudo que a aproximação sempre mais  
6 estreita com a sociedade deve orientar toda e qualquer gestão pública. Nesse aspecto,  
7 há que se destacar a afinidade entre os dois Presidentes. O aplicativo VOCÊ (Voluntários  
8 do Controle Externo), recentemente apresentado pelo Tribunal na gestão do Conselheiro  
9 André Carlo, é um aperfeiçoamento da idéia que já fora adotada no primeiro mandato do  
10 Conselheiro Arnóbio Viana. Tudo se volta para fazer a sociedade colaborar com a  
11 atividade de controle. Se não é possível, por restrições orçamentárias, ampliar os quadros  
12 funcionais (e aqui faço uma ressalva ao Conselheiro André Carlo que, mesmo diante das  
13 dificuldades realizou concurso e trouxe competentes servidores para contribuir com esta  
14 Corte), convoca-se a população para participar, também ela, da atividade fiscalizatória.  
15 Esse é o contexto em que assume o Presidente Arnóbio Alves Viana: restrições  
16 orçamentárias, maiores questionamentos acerca da efetividade dos órgãos públicos –  
17 com o TCE não seria diferente – e necessidade contínua de aperfeiçoamento,  
18 apresentação de resultados e melhoria da imagem. Em nome do Ministério Público de  
19 Contas, destaco que, nessa nova gestão que se inicia, continuaremos a exercer o papel  
20 que nos foi conferido pela Constituição Federal. E – agora puxando para o nosso lado –  
21 ter um Ministério Público de Contas valorizado contribui para a credibilidade do sistema,  
22 tanto quanto todas essas medidas antes citadas (priorização do controle concomitante,  
23 ampliação do controle social, produção de informações e sua respectiva disponibilização  
24 à sociedade). Não que estejamos isentos de falhas. Acabei, afinal, de citar o recente e  
25 lamentável caso de Roraima. Apenas enfatizo que respeitar o MP de Contas é respeitar a  
26 Constituição. Tivemos vários pleitos atendidos pelo Conselheiro André Carlo. Destaco,  
27 entre eles, a formalização legal da nossa estrutura de apoio e o início de nossa plena  
28 inserção no processo eletrônico. E também contamos com a colaboração do Conselheiro  
29 Arnóbio, com quem sempre mantivemos harmoniosa relação, a fim de que nossos pleitos,  
30 que não costumam ser muitos, sejam atendidos. Desejamos ao conselheiro Arnóbio  
31 Viana e aos novos empossados, em cada uma das suas funções, votos de uma gestão  
32 produtiva, efetiva e que mantenham o Tribunal de Conta nessa posição de vanguarda no  
33 âmbito do controle externo brasileiro. Parabéns a todos e muito obrigado”. **No**  
34 **seguimento, o Presidente concedeu a palavra ao Advogado Carlos Pessoa de**

1 **Aquino, para saudar os novos dirigentes desta Corte em nome da Ordem dos**  
2 **Advogados do Brasil (OAB) – Seccional da Paraíba, ocasião em que Sua**  
3 **Excelência, fez o seguinte pronunciamento, após saudar os integrantes da mesa e**  
4 **as autoridades presentes:** “Os advogados querem neste instante de luz, proclamar com  
5 ênfase o testemunho de que este Tribunal tem devotado tratamento à advocacia à altura  
6 das nossas elevadas e históricas tradições e aberto os caminhos do respeito, da  
7 admiração e da elevada consideração. Os operadores do Direito tem absoluta convicção  
8 que esta Egrégia Corte palmilha célere os caminhos do encontro indissociável com a  
9 modernidade, a pedagogia, a profilaxia, o exemplo, a eficiência com as referencias do  
10 seu passado glorificado, que teve no seu magnífico elenco as figuras estimadas e  
11 reverenciadas de *Otacílio Silva da Silveira*, o seu inesquecível Presidente-Fundador,  
12 *Juarez Farias, Antonio Carlos Escorel, Luiz Nunes, Adailton Costa, Marcos Ubiratan* e  
13 tantos outros, a exemplo dos ilustrados Membros atuais, como disse certa feita Yanko  
14 Cyrillo “*formando uma espécie de colar de jóias, engastado no pescoço da mais pura e*  
15 *gratificante história do TC da Paraíba*”. Cumpre-se, nesse momento, um rito de  
16 transferência de comando, que é um dos mais salutares exercícios da vida democrática,  
17 aquele rito tão celebrado por *Alexis de Tocqueville*, quando, ao regressar à França, de  
18 sua viagem à América, em 1831, em copiosas observações sobre a democracia norte-  
19 americana, descreveu a agitação que presenciou, “*a febre permanente que se transforma*  
20 *em inovação de todo o gênero*”, marcada por uma oxigenação permanente das  
21 instituições públicas, pela incorporação de idéias, valores, conceitos e ações,  
22 proporcionadas pelos potenciais dos corpos funcionais engajados na administração e  
23 pela visão empreendedora e criativa de seus dirigentes. A fiscalização das contas  
24 públicas no Brasil advém do século XIX, pois em 26 de junho de 1826, no Império do  
25 Estado brasileiro, os Senadores Visconde de Barbacena e José Inácio Borges tiveram a  
26 iniciativa de instituir um Tribunal de Contas neste País, todavia tal Projeto foi rejeitado. A  
27 Instituição do Tribunal de Contas ocorreu no período republicano mediante édito jurídico,  
28 especificamente o Decreto n.º 966-A, datado de 07/11/1890, por iniciativa do maior de  
29 todos nós advogados e então Ministro da Fazenda, Ruy Barbosa e subscrito pelo  
30 Marechal Deodoro da Fonseca. *Odete Medauar* na sua obra “Direito Administrativo  
31 Moderno. 7. ed. São Paulo:RT, 2003, p. 421”. assinala “*Criado por iniciativa de Ruy*  
32 *Barbosa, em 1890, o Tribunal de Contas é instituição estatal independente, pois seus*  
33 *integrantes têm as mesmas garantias atribuídas ao Poder Judiciário*” (CF, art. 73, §3º).  
34 Daí ser impossível considerá-lo subordinado ou inserido na estrutura do Legislativo.

1 Vigésimo quarto Estado a implantar seu Tribunal de Contas veio a Paraíba através da Lei  
2 Estadual n.º 3267, de 31/08/1970. O Ex-Conselheiro do TCE/PB Juarez Farias do alto da  
3 sua experiência administrativa, da vida pública e da sua sensibilidade profissional,  
4 percebeu as diferenças de ações, procedimentos e entendimentos dos diversos Tribunais  
5 de Contas do País em face da diferença de quase cem anos entre a implantação do  
6 primeiro ao último Tribunal de Contas brasileiro na obra. (Entidades de Controle Externo  
7 na Europa e na América. In: Tribunal em Revista - Revista do Tribunal de Contas do  
8 Município de São Paulo, São Paulo: Ano I, n.3, p. 81-91, 1999). Tal uniformização deve  
9 ser subsumida, porquanto constitucionalmente obrigada, à molde do artigo 70 da Carta  
10 Magna. Todavia, o Tribunal de Contas da Paraíba por inspiração do seu então Presidente  
11 Conselheiro Arnóbio Viana e sua equipe, numa visão arejada, moderna e avançada não  
12 se limitara a sua função Regimental e legal, expandiu-se para interpretação e  
13 cumprimento de outros dispositivos legais e constitucionais afetos à sociedade, a  
14 solidariedade, ao interesse público no seu mais elevado jaez. Com esteio no artigo 196  
15 da Carta Magna, efetivou este dispositivo o qual comanda que a saúde é direito de todos  
16 e Dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à  
17 redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal, o artigo 9º. Que  
18 afirma serem direitos sociais dentre outros a saúde. Desse modo, implantou o Projeto  
19 social denominado VOCÊ – Programa Voluntário de Controle Externo tendo como  
20 propósito capacitar cidadãos nos diversos Municípios Paraibanos para que os mesmos de  
21 forma voluntária, na qualidade de auxiliares do Tribunal de Contas do Estado efetuassem  
22 o acompanhamento e verificação das ações de atenção básica à saúde do Sistema Único  
23 de Saúde-SUS em nosso Estado num efetivo serviço de controle social a atender a lei nº  
24 8.742, de 07 de dezembro de 1993, chamada Lei da Assistência Social a qual preconiza  
25 que é dever do Estado cujas ações na área de assistência social sejam organizadas em  
26 sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de  
27 assistência social abrangidas por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por  
28 um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na  
29 área. Pois bem quase cinquenta por cento dos nossos Postos de Saúde foram  
30 fiscalizados, aperfeiçoados, preparados e estruturados ao pleno atendimento às  
31 aspirações da nossa gente, numa ação integrada entre o Poder Público interligado em  
32 seus mais heterogêneos segmentos e a sociedade civil organizada. Tal idéia de feliz  
33 inspiração resultou numa das mais belas e históricas páginas escritas pelo nosso TCE/PB  
34 posto que recebeu na Capital federal o Prêmio Nacional Sergio Arouca conferido pela

1 Secretaria de Ação Estratégica, do Ministério da Saúde na categoria “Menção honrosa  
2 como Experiência exitosa”. Demonstrou O Conselheiro Arnóbio Viana com sua visão  
3 progressista, arejada e inovadora, que é possível sair do hermetismo, do distanciamento,  
4 da introspecção, do formalismo e burocracia, das questões eminentemente internas e  
5 concentradas nas relações de aparelhamento interior para ir além a alcançar horizontes  
6 modernos e amplos. Com o mesmo entusiasmo põe-se como exemplo de que pode se  
7 dedicar a prevenção, ao estímulo dos órgãos governamentais e não governamentais à  
8 adoção de programas protecionistas específicos, além de sugerir modelos de políticas  
9 públicas numa ação aguda em defesa dos Direitos humanos e do fortalecimento das  
10 Instituições Democráticas do nosso País por uma sociedade forte, esclarecida, protegida,  
11 unida e consolidada pela tutela além de jurisdicional, constitucional e cidadã. A sociedade  
12 sabe que Vossa Excelência com sua criatividade e inquietude intelectual adotará  
13 procedimentos pioneiros a demonstrar uma nova forma de atuar, produzir efeitos de largo  
14 alcance e perenes. A positiva inquietude do Conselheiro Arnóbio Viana evoca um  
15 pensamento de Tolstoi, que, de certa forma, emoldura os perfis de homens que deixaram  
16 traços marcantes na história: *“para se viver com honra, é preciso consumir-se, perturbar-se,  
17 lutar, errar, recomeçar do início, novamente recomeçar e lutar e perder e ganhar  
18 eternamente. A calma é uma covardia da alma”*. A inclusão social proporcionada com a  
19 intervenção deste egrégio Tribunal possibilitará ao cidadão excluído, o pleno acesso às  
20 condições elementares ao exercício da Cidadania posto que, muitos não possuem a  
21 recepção dos seus direitos de forma prática e célere. A concentração de procedimentos  
22 de garantia de direitos deve ser fragmentada em diversas instancias que vem ao encontro  
23 do papel da Justiça e da cidadania e convergem entre si no atendimento dos interesses  
24 em questão. A prática paradigmática a ser implementada pelo TCE quebrará uma cultura  
25 da intimidade, das questões intestinas para se espriar na soberania da Justiça social a  
26 desobstruir seus escaninhos, a demonstrar que não possui vocação para permanecer  
27 alijado e ocluso nos presídios das chagas e das mazelas dispendiosas e burocráticas,  
28 estreitas e bitoladas. Este Órgão de controle de contas de há muito é paradigmático, é  
29 referencia para todo o Brasil a exportar tecnologia, a partilhar seu amplo conhecimento de  
30 bem e melhor servir aos reclamos superiores dos nossos concidadãos. Passará a  
31 proporcionar a obtenção de ferramentas singulares para que esta Instituição chegue ao  
32 alcance dos mais longínquos rincões para a resolução das várias dificuldades que  
33 atravessam os necessitados em parceria e comunhão para o bem comum,  
34 que aprenderam com os degraus e a trama da vida, com as vicissitudes, com a

1 experiência adquirida promovendo alternativas e propostas realizadoras como o  
2 PROGRAMA VERDE VIDA a beneficiar crianças e adolescentes, Programa “VOCEÊ” e  
3 projeto Polemica em debate e tantos outros, fruto da sua centelha divina. Todos os atos  
4 que visem retirar as Instituições públicas do seu hermetismo e distanciamento das  
5 necessidades elementares dos segmentos mais necessitados da nossa Sociedade são  
6 válidos. Temos todos que ser mais participativos e interagir diretamente com a  
7 comunidade com o objetivo de descentralizar o Poder Público e proporcionar uma visão  
8 mais ampla, moderna, arejada e dinâmica. Idéias como as que serão, como já estão, a  
9 ser gestadas pelo agora Presidente Arnóbio Viana se traduzem em resoluções definitivas  
10 e perenes, de impasses em perfeita sintonia com os novos tempos e o porvir, a absorver  
11 novos ares cujas lufadas estão a exigir preparo, lucidez, engenho e arte para o manejo  
12 dos seus respectivos ofícios na vanguarda da democracia, na *novelle vague* das  
13 liberdades, dos Direitos Humanos. André Carlo Torres Pontes, para quem a razão é sua  
14 regra; ele a segue e a aclama em qualquer lugar que a ache. No seu conceito não valem  
15 mais nem o pobre por humilde, nem o grande por poderoso; distingue as pretensões dos  
16 homens pelo que elas são e não por serem de quem são. Uma vida sem reparo e  
17 desordem foi um dos requisitos por onde se habilitou. O julgador benigno não receia que  
18 se saiba a sua vida, que se diga e que se escreva; o seu panegírico só depende da  
19 verdade, do encarecimento ou da lisonja, não!; ele mesmo é o seu elogio. O julgador  
20 sincero tem das ciências o que basta para saber julgar, e não o que basta para saber  
21 embaraçar; há alguns que fazem do conhecimento da razão uma ciência imensa, como  
22 se fosse necessário arte para conhecer o sol. O caminho da justiça (para quem tem  
23 vontade de andar por ele) é um caminho direito, espaçoso, claro, fácil e aprazível; as  
24 flores que o bordam de uma e de outra parte, todas são perpétuas, porque nunca  
25 murcham; uma primavera constante as reverdece e alenta. Finalmente, o julgador é  
26 verdadeiro só por amor da verdade; é justo só por amor da justiça. Não se desvanece das  
27 virtudes que conhece em si; o aplauso só quer que seja da virtude, e não seu. O louvor  
28 quer que se dê a razão, e não a ele”. Eis, sem tirar nem por, André Carlo Torres Pontes  
29 de corpo e alma! O Presidente que ora encerra seu mandato, abraçou, ampliou, esprou e  
30 investiu suas melhores forças em vários projetos de inenarrável magnitude, entre eles  
31 destaque com ênfase, o projeto emblemático e paradigmático, único no País, denominado  
32 “Pró Libertas”, que trata de inclusão digital para comunidades escolares municipais e  
33 estaduais, escolhido inclusive, para representar nosso Estado no encontro das Escolas  
34 de Contas Brasileiras na Capital Cearense para encanto de tantos quantos dele tomaram

1 conhecimento. Amigos, assoma a cadeira curul dessa egrégia Corte de contas o  
2 admirado Arnóbio Alves Viana, numa difícil fase da vida nacional. Se o quadro se nos  
3 apresenta complexo, nem por isso, devemos professar o niilismo. Miremo-nos, isso sim,  
4 na advertência de Pablo Neruda: “Nosso dever é abrir as mãos e os olhos. Para sair a  
5 contar o que morre e o que nasce. Não há infortúnio que não se reconstrua. Construamos  
6 o muro, a porta, a cidade: Começemos novamente o amor e o aço: Fundemos outra vez a  
7 pátria estremecida”. Arnóbio Viana o sonhador de toda vida realimentará as utopias  
8 reprimidas tão imprescindíveis aos combates ingentes. Que o fulgor de sua assombrosa  
9 inspiração contribua para o renascimento de alvoradas como as manhãs para orientar  
10 nossos jovens, tão anêmicos em seus diálogos, tão abúlicos em seus viveres.... Pelo seu  
11 perfil, por sua história, pela sua trajetória pessoal e profissional forjada na luta, na  
12 determinação, na superação, na crença no trabalho, na fé que permeia suas passadas,  
13 com o entusiasmo imprescindível à busca do novo, do contemporâneo, do oxigênio que  
14 renova, rearticula e promove as forças institucionais em defesa dos interesses e  
15 aspirações da sociedade e dos advogados na sua confiança e sua crença irá colaborar  
16 nos limites da sua capacidade para uma Instituição com o espírito de conjunto, de corpo  
17 unificado, com os seus órgãos, a funcionar perfeitamente, como um organismo social,  
18 mantendo-se em sua soberania indivisível, que é a liberdade para construir e empreender  
19 as transformações necessárias àquilo que se entende benéfico, sobretudo para aqueles  
20 que não de suceder no tempo. Que a experiência duramente acumulada, não fique  
21 inerte, para gozo dos maus, nem se auto fragmente para acomodação e interesse das  
22 carcomidas convenções sociais a fim de que não se aposentem jamais as esperanças.  
23 Temos a percepção e a constatação verdadeira de um TCE pró-ativo, dinâmico, presente  
24 na defesa intransigente dos interesses superiores de nossa gente, corajoso e, sobretudo,  
25 perfeitamente sintonizado com a melodia encantadora que emana dos grandes  
26 sentimentos sociais. Rui Barbosa dizia: “O indivíduo que trabalha acerca-se  
27 continuamente do autor de todas as coisas, tomando na sua obra uma parte, de que  
28 depende também a dele. o criador começa, e a criatura acaba a criação de si própria”.  
29 Uma das mais relevantes funções dos Tribunais de Contas é a função pedagógica, pois,  
30 como disse o mesmo Rui Barbosa, a punição pura e simples muitas vezes se torna inútil,  
31 outras vezes se torna impotente, pois o ideal é que a despesa ilegal jamais fosse  
32 realizada. O ensinamento, ao contrário da sanção, previne o desperdício, previne a  
33 malversação, previne o desvio. Os Tribunais de Contas brasileiros têm despendido  
34 redobrados esforços para levar aos seus jurisdicionados a cultura da prevenção, em

1 substituição ao sempre mais fácil caminho da punição, pois medidas educativas têm sido  
2 mais eficazes no combate ao desvio e desperdício, do que as medidas punitivas. Nunca é  
3 demais lembrar que o Tribunal de Contas não se faz unicamente com o seu Presidente, o  
4 seu Vice Presidente, ou com o seu Corregedor; esta Egrégia Corte é todo o conjunto que  
5 a compõe, são todos reunidos num corpo social soberano. É a composição formada por  
6 seus Conselheiros, pelos Procuradores, Auditores e Servidores, pois todos, juntos, os  
7 quais, colaboram para a realização da fiscalização externa; da auditoria educativa; do  
8 senso de responsabilidade na aplicação das sanções, na educação, conscientização e,  
9 especialmente, na aplicação do Direito justo e não apenas do Direito legal. Se quisermos  
10 efetivamente nos aproximar com a sociedade, haveremos de tornar esta Instituição ainda  
11 mais acessível às camadas mais carentes e desprotegidas, torná-la mais ágil e mais  
12 efetiva, e ainda fazendo cumprir a lei em toda a sua essência. Os nossos códigos podem  
13 ser os mais perfeitos, porém os mais ineficazes, caso não sejam cumpridos.  
14 Montesquieu, em célebre passagem de um dos seus famosos escritos, *Meus*  
15 *Pensamentos*, assim exclamou: “quando vou a um país, não examino se há boas leis,  
16 mas se são executadas as que há, pois há boas leis por toda a parte”. É hora, sim, de  
17 lutarmos vivamente para melhorarmos os padrões e os costumes políticos, resgatando  
18 uma das promessas não cumpridas pela democracia, a promessa de educação para a  
19 cidadania. Com a ferramenta da educação, poderemos propiciar aos milhares de  
20 paraibanos as condições para se tornarem cidadãos ativos. Impõe-se uma cidadania  
21 construída com dignidade, com moralidade, com ética e muito rigor na condução da coisa  
22 pública. E esta cidadania ativa tem nesta Instituição ao lado da Justiça um dos seus  
23 pilares mais fortes. O estuário onde vão desaguar muitas das questões inerentes aos  
24 direitos dos cidadãos e que ao longo de seu curto trajeto histórico se impôs como um  
25 símbolo de Tribunal Cidadão. Por isso mesmo, queremos ver este estuário solidamente  
26 amparado, conceitual e estruturalmente dotado de todas as condições para desempenhar  
27 com eficiência e eficácia as altas funções definidas pela Constituição de 1.988. Desejo  
28 neste instante soleníssimo, efetuar uma homenagem ao corpo diretivo que ora se  
29 empossa com a evocação do último discurso do genial *Chaplin* no seu filme “*O grande*  
30 *Ditador*”... “*Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos*  
31 *e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que de máquinas,*  
32 *precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura.*  
33 *Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido*”. E esse trinômio,  
34 humanidade, afeição e doçura sempre foi característica maior do Presidente Arnóbio

1 Viana que hoje alcança a liderança dessa douta Instituição. Quero, então em palavras  
2 finais, desejar que a luz brilhante da verdade continue a iluminar suas consciências,  
3 pavimentando o caminho da boa e desejada Justiça, conclusiva e eficaz. Temos plena  
4 confiança de que Vossas Excelências haverão de manter a tomada de sábias decisões,  
5 de acordo com aquele valor indivisível que Montesquieu definiu para consignar ao caráter  
6 dos julgadores, o conceito que define liberdade como direito de fazer tudo o que as leis  
7 permitem. Registro minhas escusas pela impossibilidade de cumprir, no prazo concedido,  
8 a missão que me foi confiada, mas, como disse o Padre Vieira, “não tive tempo para ser  
9 breve”, ou tão breve como esperado. Boa sorte à todos os nobilíssimos Conselheiros que  
10 compõem a nova Diretoria! Finalizo para dizer da minha visão a seu respeito querido  
11 Presidente Arnóbio, nas palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade, no seu livro  
12 poesia errante, 1988, ... “VISÃO Vi em ti o poeta. / Abraçando-te, abracei imaterialmente  
13 o poeta. / Nunca nenhum outro me deu / A sensação de poesia transparente. / Não vi em  
14 ti o homem efêmero / Sujeito aos safanões da vida. / Vi em ti o verso / -puro, luminoso,  
15 cristalino - / Independente de ti, superior a ti, / Acasalando no ar as suas células rítmicas”.  
16 Deus o abençoe e o ilumine na árdua tarefa de administrar e julgar, mas sobretudo,  
17 educar, modernizar, avançar e materializar para consecução dos justos sonhos e  
18 verdadeiras aspirações do nosso povo e da nossa gente. Muito obrigado!”. A seguir, a  
19 organização da solenidade de posse prestou uma homenagem surpresa aos novos  
20 dirigentes e a todos presentes, anunciando a apresentação artística da “Banda de Música  
21 26 de Novembro”, da cidade de Solânea, sob a regência do maestro Gercinaldo Luciano  
22 de Moraes, que foi criada em 1985, pelo então Prefeito daquele município, Arnóbio Alves  
23 Viana, por meio do Projeto de Lei nº 01/85, de 03 de janeiro de 1985. **Em seguida, o**  
24 **Presidente empossado, Conselheiro Arnóbio Alves Viana, proferiu o seguinte**  
25 **discurso, após saudar as autoridades e demais presentes:** “André, irmão de Simão  
26 Pedro, foi o primeiro discípulo escolhido por Jesus. André tinha um perfil organizador.  
27 Adepto do planejamento, metódico e previsível, tinha certeza e compreensão exata das  
28 regras sem erros. Queria ver o Projeto do Reino realizado, cumpriu seu ministério  
29 cabalmente, tendo início, meio e fim”. (Copiado da internet. Qualquer semelhança é mera  
30 coincidência). Minhas Senhoras Meus Senhores, desígnios divinos – para os que assim  
31 creiam – mas, certamente, a confiança dos meus pares – para os crentes e não crentes –  
32 conduzem-me, pela segunda vez, à Presidência da Corte de Contas dos paraibanos.  
33 Com a gratidão e o reconhecimento devidos ao capricho dos céus e à fé de meus  
34 semelhantes, preciso confessar que esta segunda oportunidade parece me oferecer algo

1 de enfrentamento mais complexo e, portanto, mais desafiador. Primeiramente, pela  
2 minha própria condição física: a velhice anda a bater-me à porta e ela, bem o sabemos,  
3 vive amasiada com o tempo, esse inimigo voraz, esse escultor de deformidades, esse  
4 construtor de finitudes. Não me entregarei fácil: enfrentarei, até não mais poder, esse  
5 casal diabólico e fatídico, Dona Velhice e Seu Tempo, sabendo-me inapelavelmente  
6 derrotado. No dia em que a porta for escancarada de vez, esses locadores impiedosos e  
7 insensíveis expulsar-me-ão de seus domínios encaminhando-me para outra morada. Não  
8 me será de tudo em vão. Lá, encontrarei um João Agripino, um Pedro Gondim, um  
9 Ronaldo Cunha Lima, um Ernani Sátiro, um Antônio Mariz, um Zé Américo e terei imenso  
10 prazer em lhes relatar que a Paraíba de hoje se nos apresenta no cenário nacional uma  
11 ilha de Prosperidade, incrustada num oceano de decadência e decrepitude. O somatório  
12 das gestões retilíneas dos nossos governadores, a despeito das opções partidárias, das  
13 refregas e engalfinhamentos de grupos políticos antagônicos, tem sido indutor de um  
14 desenvolvimento contínuo e entusiasmante, posto que decorre de ações administrativas  
15 consentâneas com a vontade do povo. Advirto, no entanto, amigos, que o diálogo  
16 imaginário com os governadores de antão, Zé Américo e companhia, terá que esperar.  
17 Não há pressa de minha parte. Graças a Deus, e com a proteção Dele, ainda terei que  
18 cumprir missões inadiáveis. Este momento me leva à certeza disso, muito embora me  
19 considere uma pequena folha na imensa árvore da administração pública paraibana. Eu  
20 lhes falara, antes, do enfrentamento do segundo mandato, dizendo-o mais desafiador.  
21 Seria diferente se o Tribunal fosse um departamento estanque, ou pelo menos, aquele  
22 que eu geri nos idos de 2007 e 2008. É, porém, ao invés disso, um organismo dinâmico,  
23 proativo, inovador, em constante evolução desde a origem, a ponto de hoje compor, com  
24 honroso destaque, o ranking do sistema brasileiro de controle externo. Já não era fácil a  
25 tarefa que me fora inicialmente delegada pelos antecessores. Afinal, eu teria que honrar o  
26 propósito dos pioneiros, aos quais rendo as minhas homenagens ao contemplar, neste  
27 momento, profundamente grato, as figuras dos meus queridos amigos Luiz Nunes, Flávio  
28 Sátiro, Marcos Ubiratan, Juarez Farias e Gleryston Lucena. Homens de timbre e têmpera  
29 com relevantíssimos serviços prestados à Paraíba e ao Brasil. É imperativo o  
30 reconhecimento: o Tribunal que hoje oferece modelos, aplicativos e sistemas eletrônicos  
31 a congêneres nacionais é fruto de gestões sucessivas. Ano a ano, gestor após gestor,  
32 esta Casa dispôs aos organismos sob sua jurisdição e à sociedade como um todo,  
33 ferramentas extremamente úteis ao controle social e, não menos, à orientação daqueles  
34 aos quais a população conferiu, democraticamente, por meio do voto, as ações de

1 governo. Foi assim com programas, projetos e aplicativos desenvolvidos internamente,  
2 bem como em parcerias com Universidades paraibanas. Que o digam o Sagres (carro-  
3 chefe copiado por diversos Tribunais do Brasil), o Tramita, o Sistema de  
4 Georreferenciamento de Obras, os Indicadores do Desempenho dos Gastos Públicos  
5 com Educação, o Programa Você, vencedor de um prêmio nacional, e o Portal do Gestor  
6 com seus painéis de acompanhamento, em tempo real, de licitações, contratos, gastos  
7 com medicamentos e combustíveis. Tudo convergindo, por último, para a criação do  
8 fantástico Espaço Cidadania Digital, concebido pelo Presidente André Carlo a quem  
9 tenho a honra de suceder. Eu não mentiria se dissesse: André, tua gestão foi cumprida  
10 com encantamento e louvor. Impressionou-nos a todos o teu arrojo pessoal, tua ousadia,  
11 teu espírito incansável, tua disposição para o trabalho e, sobretudo, tua capacidade de  
12 ouvir, unir e liderar. Em verdade, trouxeste para esta casa a experiência da administração  
13 privada e, com a minudência de um relojoeiro, cuidaste dos mínimos detalhes,  
14 monitoraste a máquina, bem como as pessoas, consolidaste um perfil e, melhor, foste fiel  
15 ao teu homônimo bíblico. Recebe, amigo velho, por tudo que fizeste, os mais calorosos  
16 aplausos de todo o Povo Paraibano. Amigos, a nova gestão que ora iniciamos, eu e os  
17 meus companheiros de jornada, Nominando Diniz, Fernando Catão, Fábio Nogueira,  
18 Arthur Cunha Lima, André Torres e Marcos Costa, não descuidará da evolução de  
19 qualquer dos formidáveis avanços tecnológicos conquistados no transcurso dos anos.  
20 Porém, ao mesmo tempo, perseguirá, sem descanso, formas e meios para que as  
21 ferramentas eletrônicas dispostas ao controle das receitas, despesas e atos públicos não  
22 impeçam o tratamento específico para situações peculiares. Enxergar as questões  
23 enfrentadas por cada gestor, notadamente nos municípios onde os recursos são pífios e  
24 a esperança se esgarça, é um propósito inarredável. É preciso perceber a boa intenção, o  
25 esforço para a correção de problemas e equívocos, quando assim entendidos. Considerar  
26 os atenuantes em cada prestação de contas públicas é, sem dúvida, agir com justiça.  
27 Significa ir além – devida e necessariamente além – da visão fria dos programas e  
28 aplicativos de computador. Tanto quanto seja preciso sentenciar, exemplarmente, os  
29 corruptos, desonestos de mente e coração. O Tribunal indutor da boa administração  
30 pública assim permanecerá. E é com este intento que pretendemos promover a evolução  
31 sistemática do já aclamado Processo de Acompanhamento de Gestão. Uma aproximação  
32 maior, agora, se faz necessária. É aquela que pretendemos firmar com as Câmaras  
33 Municipais às quais recorreremos em busca da promoção de debates e estudos  
34 propugnadores do desenvolvimento social e econômico da Paraíba. A providência será

1 de grande valia para a execução de projetos e programas em defesa do patrimônio  
2 ambiental, arquitetônico, cultural e histórico dos paraibanos. Não menos para o  
3 cumprimento do Estatuto das Cidades que trata da política de desenvolvimento  
4 urbanístico e da função social da propriedade. Este esforço louvável para democratizar a  
5 gestão das cidades brasileiras, evidentemente, não passa ao largo dos haveres e deveres  
6 das nossas Câmaras de Vereadores. São os parceiros que agora buscaremos, com mais  
7 afinco, para o combate, por exemplo, à autoconstrução de imóveis (tão danosa quanto a  
8 automedicação) e que hoje se prolifera no interior, principalmente, no modismo da  
9 verticalização, sem cálculos estruturais, sem licenciamentos nem ordenamentos  
10 estéticos. Esclarecemos, a bom tempo, que a providência a ser implementada,  
11 inicialmente, na região dos municípios que integram o chamado "Circuito do Frio", deve  
12 ocorrer sem peso financeiro para moradores das áreas urbanas mais pobres, porquanto  
13 também poderá admitir outros parceiros: as universidades com seus alunos de  
14 engenharia e arquitetura, numa espécie do outrora Projeto Rondon. O propósito é evitar  
15 os riscos estruturais, o desordenamento urbanístico e cidades mais descuidadas e feias.  
16 Noutras palavras, a Paraíba de Chateaubriand terá um novo desafio: edificar, de forma  
17 inédita, casa popular com Projeto de Arquiteto. Assim também será, no âmbito de cada  
18 Câmara de Vereadores, a partir do ano de 2020, incentivada e fomentada a realização de  
19 um Fórum Permanente de Educação Municipal, intensificando os mais amplos debates,  
20 culminando com a formulação de um documento sintético, elaborado conforme a  
21 realidade de cada município, com sugestões a serem incluídas nos orçamentos futuros. O  
22 Tribunal passará a acompanhar as respectivas inclusões, ou o descaso delas. A simples  
23 afirmação da insuficiência de recursos é algo a se questionar. Para se ter uma idéia, só  
24 as Prefeituras paraibanas, no ano de 2017, gastaram em educação: R\$ 2.584.975.509,47  
25 numa rede municipal de 506.491alunos com o custo anual por aluno de R\$ 5.033,89. O  
26 Tribunal de Contas do Estado que hoje se presta a esta convocação, já é acostumado às  
27 grandes empreitadas. Em cada caso, tem obtido a resposta pronta e afirmativa dos entes  
28 públicos sob sua jurisdição e, igualmente, da família paraibana, mercê da admiração e  
29 respeito conquistados. Não será diferente desta vez. Já se disse que a água partilha as  
30 boas e as más qualidades dos leitos que percorre. Os homens partilham as da região em  
31 que nasceram. Alguns devem mais que outros à sua cidade natal, pois nasceram numa  
32 terra favorável. É o nosso caso, Paraibanos. A Paraíba, fazendo justiça à biografia de  
33 tantos filhos ilustres a exemplo da tríade homenageada neste Centro Cultural: Lynaldo  
34 Cavalcanti, Celso Furtado e Ariano Suassuna. A Paraíba de guerreiros libertários a

1 exemplo de José Peregrino de Carvalho. A Paraíba não fará companhia a ricos Estados  
2 da Federação, enodados e mergulhados num pântano de indecência e vergonha. A  
3 Paraíba continuará altiva, vigilante e transparente. Contudo, essa não poderá ser tarefa  
4 exclusiva do TC. Todos somos convocados à proteção deste patrimônio ético e moral.  
5 Repito, todos somos convocados. Vem André, vem João, vem Maria, vem Vandré. "Vem,  
6 vamos embora / Que esperar não é saber / Quem sabe faz a hora / Não espera  
7 acontecer". Muito obrigado". Ao final, Sua Excelência o Presidente declarou encerrada  
8 esta Sessão Solene, convidando a todos para um coquetel que foi servido no hall do  
9 Centro Cultural Ariano Suassuna, onde os dirigentes empossados receberam os  
10 cumprimentos e, para constar, eu Osório Adroaldo Ribeiro de Almeida, Secretário do  
11 Tribunal Pleno, mandei lavrar e digitar a presente Ata, que está conforme.

12 **TCE/PB – AUDITÓRIO CELSO FURTADO (CCAS), em 25 de janeiro de 2019.**

Assinado 10 de Fevereiro de 2019 às 19:44



**Cons. André Carlo Torres Pontes**  
PRESIDENTE

Assinado 8 de Fevereiro de 2019 às 11:40



**Osório Adroaldo Ribeiro de Almeida**  
SECRETÁRIO

Assinado 11 de Fevereiro de 2019 às 08:19



**Cons. Arthur Paredes Cunha Lima**  
CONSELHEIRO

Assinado 11 de Fevereiro de 2019 às 14:16



**Cons. Marcos Antonio da Costa**  
CONSELHEIRO

Assinado 19 de Fevereiro de 2019 às 11:31



**Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**  
CONSELHEIRO

Assinado 15 de Fevereiro de 2019 às 12:22



**Cons. Arnóbio Alves Viana**  
CONSELHEIRO

Assinado 18 de Fevereiro de 2019 às 08:12



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
CONSELHEIRO

8 de Fevereiro de 2019 às 12:16



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**  
CONSELHEIRO

8 de Fevereiro de 2019 às 11:45



**Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo**

Assinado 8 de Fevereiro de 2019 às 12:11



**Cons. Subst. Renato Sérgio Santiago Melo**

CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Assinado

11 de Fevereiro de 2019 às 20:56



**Luciano Andrade Farias**

PROCURADOR(A) GERAL